

OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS E SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE DE FORTALEZA

Paulo Regis da Silva Albuquerque¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar alguns dos efeitos da segregação espacial urbana nas oportunidades educacionais e nas trajetórias escolares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) na cidade de Fortaleza, nos bairros Álvaro Weyne e Pirambu. Busca-se, ainda, compreender os avanços relativos ao acesso à cidadania, proporcionados pelo PBF, bem como os limites impostos pela desigualdade social aos beneficiários deste programa. Desse modo, a fim de conseguir uma maior aproximação com a realidade estudada, aplicou-se a técnica da entrevista semiestruturada com duas beneficiárias que, mesmo que submetidas a condições econômicas semelhantes, vivenciam a pobreza de maneiras diferentes, influenciadas pelas possibilidades oportunizadas pela localização de suas moradias e redes de sociabilidade nas quais estão inseridas.

Palavras-chave: Segregação espacial, Redes de sociabilidade, Trajetória escolar.

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) significou melhoria para a parcela mais pobre da população, quando lhes garantiu sobrevivência e direitos. Criado no ano de 2003, a partir da unificação e novo modelo de gestão de programas sociais pré-existentes, de acordo com Lima e Silva (2008), o PBF surgiu como estratégia para o enfrentamento de problemas sociais graves, resultantes da histórica desigualdade social existente no Brasil. Através do sistema de condicionalidades requer-se das famílias beneficiárias pela transferência de renda do PBF exigências no âmbito da saúde e educação².

Estudantes provenientes de famílias beneficiárias do programa apresentam, em geral, resultados escolares insatisfatórios nas séries iniciais do ensino fundamental. Contudo, estes resultados tendem a melhorar na medida em que estes mesmos estudantes avançam em sua

¹Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Metodologia do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará, albuquerque367@gmail.com. Pesquisa apresentada como trabalho final de curso, no curso de aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

² De acordo com a Portaria nº 251/2012, as famílias que descumprirem as condicionalidades ficam sujeitas aos seguintes efeitos: advertência no primeiro registro do descumprimento; bloqueio por um mês no segundo registro do descumprimento; suspensão por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento e cancelamento quando a família, mesmo inserida no serviço de acompanhamento familiar, permaneça em situação de suspensão durante 12 meses e, se após, 12 meses, apresentou novo descumprimento.

trajetória escolar, demonstrando que as dificuldades iniciais são atenuadas mediante a permanência na escola, como ficou demonstrado através da pesquisa de Cireno, Silva e Proença (2013).

As questões discutidas neste artigo puderam ser observadas a partir de duas entrevistas realizadas com beneficiárias do PBF, com filhos matriculados em duas escolas diferentes. A escolha das escolas deu-se a partir do objetivo de perceber como instituições de ensino localizadas em territórios distintos são influenciadas por seu entorno. Para este fim foram escolhidas unidades escolares localizadas em bairros próximos: as escolas José Valdo Ribeiro Ramos, no bairro Álvaro Weyne, e o Centro Educacional Dom Hélio Campos, localizado no bairro Pirambu.

O avanço do modelo neoliberal, durante as décadas de 1980 e 1990 trouxe novos elementos para a problemática da desigualdade social: a urbanização crescente, a precarização do trabalho e a redução dos serviços públicos prestados pelo Estado tornaram o conceito de pobreza bem menos claro, sobretudo na conjuntura da América Latina. Sobre este fenômeno, Ribeiro e Kaztman sublinham que:

Esse conjunto de processos vai ter efeitos destruturadores, especialmente nos bairros populares que concentram os segmentos mais vulnerabilizados pelo novo modelo de organização sócio-produtivo. A manifestação mais evidente de tais efeitos será a tendência ao isolamento social desses segmentos em relação aos circuitos sociais e econômicos principais da cidade. Tal isolamento tanto é maior na medida em que vem ocorrendo a privatização de serviços públicos que na fase anterior, em alguns países da América Latina, havia alcançado um relativo grau de universalização (RIBEIRO e KAZTAM, 2008, p. 16).

A lógica da segregação espacial recusa oportunidades aos moradores de determinadas regiões com perfil econômico majoritariamente pobre e os isola por meio da mercantilização de direitos. Este cenário tende a promover a perpetuação da pobreza, inserindo populações pobres em um ciclo de falta de condições de vida adequadas e ausência de oportunidades de melhoria.

A falta de políticas públicas específicas para estas comunidades acentua o desestímulo para a atuação de profissionais de educação experientes que, diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano destas escolas e a possibilidade de transferência para outras unidades da rede pública, não localizadas em territórios segregados, promove constante troca de professores.

Estas escolas apresentam um corpo discente geralmente homogêneo: residem nas proximidades e vêm de famílias com baixa escolaridade e escassez de recursos financeiros. (CENPEC, 2011). A transmissão intergeracional de pobreza e escolaridade, agindo em

conjunto com a homogeneidade do corpo discente distancia possibilidades de melhoria do desempenho escolar nestes espaços.

A melhoria do desempenho escolar de estudantes beneficiados pelo PBF contrasta com as demonstrações da permanência do isolamento de comunidades pobres, visíveis nos índices de evasão escolar e reprovação, sempre maiores nas regiões espacialmente segregadas. Por vezes, ignora-se o fato de que estes problemas não atingem a sociedade como um todo, mas são socialmente distribuídos. O PBF mostra-se, desse modo, eficiente para a melhoria do desempenho escolar de estudantes provenientes de famílias beneficiadas, mas insuficiente para melhorar o desempenho acadêmico de escolas localizadas em espaços urbanos segregados.

METODOLOGIA

A escola José Valdo Ribeiro Ramos é uma escola em tempo integral, que não funciona no turno da noite e está localizada em uma região de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio. A escola Dom Hélio Campos, por outro lado, está localizada em uma região de baixo IDH, incluída entre as escolas denominadas de regulares³.

Apesar da relativa proximidade entre as duas escolas (aproximadamente dois quilômetros), as características do entorno de cada uma guardam diferenças, como atestam os IDH's de cada bairro (0,364 no Álvaro Weyne e 0,229 no Pirambu). No entanto, o público atendido pelas escolas apresenta um aspecto em comum: na escola José Valdo Ramos 22,68% dos estudantes pertencem a famílias beneficiárias do PBF no ano de 2019; já na escola Dom Hélio Campos, são beneficiários do PBF 21,86% do corpo discente. Estas informações foram disponibilizadas pelos funcionários lotados nas secretarias das respectivas escolas

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola José Valdo Ramos encontra-se 0,8 pontos percentuais acima do mesmo índice verificado na escola Dom Hélio Campos. A escola José Valdo Ramos obteve, em 2017, resultados acima dos obtidos pela escola Dom Hélio Campos em todas as áreas de conhecimento e redação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A mesma registrou, no ano de 2018, 1,36% de estudantes reprovados, 5% de evasão escolar e 17,27% de estudantes transferidos para outras escolas, num total de 220 alunos matriculados ao fim do ano letivo. A escola Dom Hélio Campos registrou no mesmo período 9,23% de estudantes reprovados, evasão de 25,49% e

³ Os dados relativos ao IDH estão disponíveis no estudo “Desenvolvimento Humano por Bairro” (2014), publicado pela Prefeitura de Fortaleza.

3,29% de estudantes transferidos para outras escolas, num total de 455 matriculados ao fim do ano letivo. Para efeito de comparação, nas escolas do estado do Ceará no ano de 2018, segundo dados divulgados pelo governo estadual, a reprovação encontra-se em 5%, e a evasão escolar nos mesmos 5%.

A tipificação da escola Dom Hélio Campos enquanto escola localizada em território espacialmente segregado pode ser verificada a partir de similitudes encontradas entre esta e outras escolas inseridas na mesma condição, conforme descrito em pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), intitulada “Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole” (CENPEC, 2011). A escola em questão apresenta índices de reprovação maiores, em números relativos e absolutos. Isto demonstra uma provável homogeneidade do corpo discente que, compartilhando condições financeiras, culturais e sociais semelhantes efetua trocas de informações entre seus membros que tendem a não alterar as dificuldades de aprendizagem.

Já na escola José Valdo Ramos, o alto número de estudantes transferidos pode indicar certo grau de seleção de estudantes “adequados” aos comportamentos exigidos no ambiente escolar, o que pode influenciar no baixo número de reprovações e evasão escolar. Por diferentes motivos, estes estudantes buscaram outras escolas, enquanto na escola Dom Hélio Campos a maior parte dos estudantes que saiu da escola abandonou os estudos.

DESENVOLVIMENTO

A entrevistada referente à escola José Valdo Ribeiro Ramos estará identificada como entrevistada 1 e a entrevistada relatada a seguir, entrevistada 2. A autorização para a utilização da entrevista para pesquisa científica ocorreu por meio de um “termo de consentimento livre e esclarecido”, disponibilizado pelo curso de aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com garantia de anonimato.

A entrevistada 1 possui 53 anos e divide a residência com dois filhos menores de idade, um adolescente de 15 anos, matriculado na escola Dom Hélio Campos, cursando o 1º ano do ensino médio e uma menina de 8 anos, matriculada em uma escola mais distante onde cursa a 3ª série do ensino fundamental.

Desde a sondagem para a realização da conversa, a entrevistada demonstrou apreensão por receio de alteração no Cadastro Único⁴, que possibilita o acesso ao benefício. A entrevistada 1 justificou tal apreensão pelo fato de não ter outra fonte permanente de renda. Explicou ainda que utiliza sua residência como ponto de vendas de lanches, produzidos por ela mesma. Sua casa foi conseguida, conforme relatado, graças ao contato de um dos seus filhos com um vereador. Declarou que este filho é o único membro da família que lhe oferece auxílio financeiro com regularidade. A casa possui dois pavimentos, quatro cômodos, banheiro e ligações de água e energia clandestinas. Segundo a entrevistada 1, a baixa renda familiar impossibilita o pagamento regular destes serviços.

No tocante à sua trajetória escolar, a entrevistada 1 relatou que frequentou uma escola particular até os 8 anos de idade, quando cursava a 3ª série e abandonou os estudos para vender cigarros. Filha de um pai analfabeto e de mãe alfabetizada, de escolaridade desconhecida pela entrevistada, indicou através de sua fala o ciclo do cerceamento de acesso ao direito à educação, colaborando para a transmissão intergeracional do inaccessível à educação de sujeitos empobrecidos.

Conforme sua descrição, a entrevistada 1 nunca teve direitos trabalhistas assegurados, assim como nunca voltou a estudar e não demonstra interesse em fazê-lo. Dos seus seis filhos, somente uma não mora nas proximidades e apenas um concluiu o ensino médio. A mãe da entrevistada e irmãos também moram na mesma vizinhança.

A entrevistada 1 descreve o PBF como recurso necessário para a compra de material escolar e comida para os filhos. Estes frequentam a escola assiduamente, têm bom desempenho e estão na faixa etária escolar recomendada. Esta diferença entre a trajetória escolar dos filhos beneficiados pelo PBF e os não beneficiados é um considerável indício acerca do potencial do programa para a quebra do ciclo de baixa escolaridade e baixa renda, verificado entre diferentes gerações de famílias pobres.

As relações sociais dos filhos da entrevistada 1 se dão, de acordo com exposição da mesma, com vizinhos de idades semelhantes que têm na rua e na praia, localizada a menos de cem metros de distância, seus principais pontos de lazer. Sobre a escola, por outro lado, não foram relatadas atividades de esporte ou lazer para além das aulas de educação física, que

⁴ Segundo a Lei nº 10.836/2004 os compromissos, nomeados de condicionalidades, referem-se ao exame pré-natal; ao acompanhamento nutricional e ao acompanhamento de saúde para as crianças menores de 7(sete) anos; à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular para crianças e adolescentes de 6(seis) a 15(quinze) anos e de 75% para os adolescentes de 16 (dezesesseis) anos e 17(dezessete) anos; e ao acompanhamento da frequência mínima de 85% das crianças até 15 anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil, nos serviços de convivência de fortalecimento de vínculos.

atendam seus os filhos. É, ainda, a amizade com vizinhos e a própria escola que possibilitam o acesso destes à internet.

A entrevista realizada com a família relacionada à escola José Valdo Ramos ocorreu sob circunstâncias diferentes. Apenas uma beneficiária, que teve o Benefício de transferência de renda do PBF cancelado no fim do ano passado, se dispôs a ser entrevistada. A entrevistada 2 relatou ter tido seu benefício cancelado após ultrapassar o limite de renda estabelecido pelo programa. Não demonstrou grande preocupação com o fato de não ser mais beneficiária, mesmo estando atualmente desempregada.

A entrevistada 2 tem 47 anos, mora com o marido e três filhas, uma concluiu o ensino médio mas, no momento, não trabalha nem estuda e duas filhas menores de idade, regularmente matriculadas na educação básica. Uma filha tem 15 anos e está cursando o 1º ano do ensino médio na escola José Valdo Ribeiro Ramos, a outra filha tem 11 anos e está na 5ª série do ensino fundamental. Relata ter sido beneficiária do PBF durante cerca de 12 anos e que o destino do benefício era, em geral, para material escolar e roupas para as filhas.

A família da entrevistada 2 mora em uma casa com quatro cômodos, banheiro e ligações regulares de água e energia. O marido da entrevistada exerce ocupação informal na própria casa. Este, segundo informações da mesma, estudou até a 5ª série do ensino fundamental. A entrevistada 2 tem parentes que moram nas proximidades e recebe, frequentemente, outros parentes vindos de cidades do interior do estado quando estes necessitam realizar consultas ou tratamentos médicos.

As experiências vivenciadas por cada uma das entrevistadas resultou em diferentes oportunidades de educação e emprego que, por sua vez, resultaram em diferentes conjuntos de capacidades⁵. Assim como a entrevistada 1, a entrevistada 2 começou a trabalhar desde cedo. Conta que soube por sua mãe que tinha sete anos quando saiu de sua cidade natal para a cidade de Fortaleza, onde passou a morar com uma tia e realizar tarefas domésticas. Desde então, a convivência com seus pais tornou-se limitada a breves encontros ocorridos em intervalos irregulares e o local de domicílio mudou com frequência. A escolaridade dos pais da entrevistada 2 também foi relatada como um pai analfabeto e mãe alfabetizada, mas de escolaridade desconhecida.

O trabalho como empregada doméstica da entrevistada 2 em casas de famílias de relativo poder aquisitivo, lhe proporcionou a possibilidade de continuar seus estudos, embora estes tenham sido prejudicados pelo trabalho e frequentes mudanças de endereço, fazendo

⁵ Rego e Pinzani definem capacidades como as “condições subjetivas, isto é, capacidades e habilidades [o indivíduo] consegue desenvolver graças à sociedade” (2015, p 29).

com que a entrevistada concluísse o ensino médio apenas aos 28 anos. Foi somente aos 25 anos que passou a ter acesso a direitos trabalhistas, exercendo, antes disso trabalho em condições insalubres e abusivas, em vista da precocidade do início de suas atividades laborais.

A entrevistada 2 relatou que suas filhas precisam se deslocar por cerca de 400 metros para chegar à escola tendo, por vezes, a possibilidade de receber carona de carro de vizinhos que estudam na mesma escola. Suas filhas utilizam o quarto onde dormem para fazer atividades escolares juntas e utilizam serviço de internet em casa.

A adaptação ao ensino em tempo integral tem sido, segundo a entrevistada 2, o principal desafio para a filha que está matriculada na escola José Valdo Ribeiro Ramos. Relata que sua filha vem reclamando do cansaço sentido por passar a maior parte do dia na escola. Por outro lado, afirma que as refeições feitas na escola são mais relevantes que as realizadas na própria casa, e que a filha está gostando das aulas de dança e artes marciais oferecidas pela escola.

A pesquisa realizada pelo CENPEC (2011) demonstrou que a baixa oferta de creches e pré-escolas em territórios socialmente isolados tende a contribuir para dificuldades de adaptação ao ambiente escolar que, por sua vez, dificulta a permanência destes alunos em escolas localizadas em regiões menos isoladas, como a escola José Valdo Ramos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à trajetória educacional dos filhos das entrevistadas o PBF demonstrou importância para o acesso e permanência na escola. Dificuldades vivenciadas pelas entrevistadas, como a extrema pobreza sugerida pela necessidade de trabalho precoce, não se repetiram na vida escolar dos filhos. No entanto, a comparação entre os relatos demonstra que o benefício é bem mais importante para a entrevistada 1.

As relações sociais das filhas da entrevistada 2 caracterizam-se por uma menor influência da vizinhança. Suas filhas frequentam *shopping centers*, lanchonetes e vão ao cinema rotineiramente. Contando, eventualmente, com ajuda financeira de amigos para estes passeios. As companhias foram descritas como colegas da escola, mesmo quando abordou-se a filha mais velha que terminou o ensino médio. Neste caso alguns dos colegas que estudaram com esta filha continuam frequentando a casa da família.

Atualmente, a entrevistada 1 e seus filhos permanecem com redes de relações marcadamente familiares e locais, enquanto a entrevistada 2 relatou um conjunto de relações

sociais que, ainda hoje, lhe permitem acesso à oportunidades de formação profissional e renda diferenciados.

Ambas as entrevistadas apresentam histórico de trabalho infantil, entre 7 e 8 anos de idade. Compartilham, ainda, pais que possuíam escolaridades semelhantes. No entanto, a trajetória de vida e escolar das duas se distancia após a inserção da entrevistada 2 em redes de relacionamentos não familiares.

Sobre as redes de relacionamentos sociais, a pesquisa de Marques (2009) identificou que a homogeneidade ou heterogeneidade das relações demonstra ser um fator de grande importância para as possibilidades de emprego, tanto informal quanto protegido, permanência na escola e renda. Nesse sentido, o padrão de relações verificado em espaços urbanos segregados, em geral tipificados pela homogeneidade, reafirma e perpetua o isolamento, limitando seu campo de possibilidades. Assim, as redes de relacionamentos demonstram ser um indicador confiável para a compreensão da vulnerabilidade social e da segregação territorial, representando, ainda, uma potencial área de atuação para ações pedagógicas que visem o combate ao isolamento social e territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas educativas utilizadas no Brasil refletem o cenário de desigualdade social que persiste durante séculos de radical separação entre ricos e pobres. Para Arroyo (2015), as representações sociais dos pobres os caracterizam como sujeitos moralmente inferiores e, desse modo, a superação da pobreza dependeria da correta instrumentalização de valores morais que corrijam seus comportamentos inadequados. Sob este ponto de vista, o acesso à escola garante aos pobres a possibilidade de possuir os instrumentos necessários para sair de sua condição de pobreza. Assim, as condições materiais são consequência das escolhas individuais e a permanência das condições de pobreza são de responsabilidade única e exclusiva dos próprios pobres. O isolamento dos territórios marcadamente pobres torna-se, desse modo, não apenas um arranjo geográfico possível, mas um valor, uma condição necessária à manutenção da ordem. Para este fim os mais pobres são tolhidos não apenas dos direitos básicos necessários para a sobrevivência, mas a eles é negado um aspecto da cidadania à primeira vista irrelevante, mas tão fundamental quanto qualquer outro direito: o direito de conviver.

A falta de conformidade diante da segregação social e espacial deve, pois, servir como referência para a avaliação e elaboração de práticas pedagógicas adequadas às necessidades

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

das escolas localizadas em territórios urbanos. Em termos práticos a inconformidade diante da segregação significa a consideração da heterogeneidade para “elaboração de políticas educacionais que incorporem as especificidades (ou dificuldades) desses grupos” (TORRES; FERREIRA E GOMES, 2005, p. 141).

Considerar a heterogeneidade, por sua vez, implica necessariamente em assumir o desafio de romper o isolamento imposto a grupos empobrecidos. Disto depende não apenas o êxito e eficiência do trabalho educativo, mas, sobretudo a construção de uma sociedade que democratize oportunidades e expectativas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://avaced.ced.ce.gov.br/tw/ced/desigaldadem0u1c1.html> > Acesso em: 12/06/19.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (orgs.); Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania – Brasília : Ipea, 2013.

CENPEC. Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole – Síntese das conclusões. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/biblioteca/educacao/producoes-cenpec/educacao-em-territorios-de-alta-vulnerabilidade-social-na-metropole>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

CIRENO, Flavio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael Prado; Condicionalidades, Desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família; in :

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza – Prefeitura Municipal de Fortaleza, Fortaleza : 2014.

LIMA, Antônia Jesuíta de [et al.]; SILVA, Maria Ozanira da Silva e, (coord.); O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí; - São Paulo : Cortez ; Teresina ; Editora Gráfica da UFPI, 2008.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão, As redes sociais importam para a pobreza urbana?. Dados - Revista de Ciências Sociais [en linea] 2009, 52 (Junio-Sin mes) : [Fecha de consulta: 1 de julio de 2018] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21817690006>> ISSN 0011-5258.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro; Pobreza e cidadania; in : BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em:
<http://avaced.ced.ce.gov.br/tw/ced/desigualdade3u1c1.html>. Acesso em 12/06/19.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e KATZMAN, Rubem (orgs). A cidade contra a escola? : segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina; [tradução de Jacob J. Pierce e João Vicente Ganzarolli de Oliveira]. – Rio de Janeiro : Letra Capital : FAPERJ ; Montevideu, Uruguai : IPPES, 2008.

TORRES, Haroldo; Medindo a segregação. In: MARQUES, E e TORRES, H.G. (orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora Senac, 2005, pp. 81-99.

TORRES, Haroldo; FERREIRA, Maria Paula; GOMES, Sandra; Educação e segregação social: explorando o efeito da vizinhança. In: MARQUES, E e TORRES, H.G. (orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora Senac, 2005, pp. 124-141.